

Uma armadilha anunciada

Fotos: Roberto Parizotti



Dirigentes do PT divulgam medidas para proteger sociedade

O país vem assistindo, desde o final de outubro, a um tumulto na economia brasileira, provocado pela queda generalizada das Bolsas de Valores, iniciada pelo *crash* em Hong Kong (China), e que se espalhou pelo mundo todo, como num "efeito dominó".

O governo FHC, preocupado com a possibilidade de volta da inflação, tratou de dobrar, de uma só vez, as taxas de juro, para tentar manter em nosso território os recursos dos especuladores. Em seguida, o presidente Fernando Henrique Cardoso ataca as oposições e o Congresso Nacional, responsabilizando-os pelos riscos que o Real vem sofrendo.

Era uma crise anunciada. "Todo mundo sabia que esse ataque especulativo da moeda viria. Ele veio e o governo, até agora, só protegeu os grandes, enquanto a sociedade brasileira fica à mercê da continuidade da mesma política econômica", protesta o presidente nacional do PT, José Dirceu, em entrevista no dia 3 de novembro, quando, reunido com membros da Executiva Nacional, divulgou nota com a posição do Partido sobre a crise e sugestões para proteger, emergencialmente, os trabalhadores, aposentados, micro e pequenos empresários (leia íntegra do documento na página 2).

O que Dirceu afirmou, o 1º vice-presidente do PT, economista Aloizio Mercadante, completou: "O governo conduziu o país para um beco sem saída, o que nós há três anos vínhamos advertindo. Diante de um ataque especulativo, todas as experiências internacionais demonstram que a subida dos juros é inevitável. O problema é que ela nem sempre consegue conter o ataque, como aconteceu, por exemplo, no México e na Tailândia", disse.

O cenário que se avizinha não é dos melhores. "Quem está hoje sob o risco do futuro são os trabalhadores", diagnosticou Dirceu, diante de lideranças sindicais e de vários partidos democráticos, no lançamento da campanha pelo emprego do PT paulista, em São Bernardo, no dia 6 de novembro.

O presidente do Partido re-

feria-se à inevitável — a continuar esta política econômica — dificuldade de o país crescer, com conseqüente queda na produção, no consumo, no incremento das importações — tudo tendo como reflexo o aumento do desemprego. "Se se ficar mais 60, 90, 100 dias com 40% de juros, não existe mais estabilidade monetária", frisou Dirceu.

Corinthians

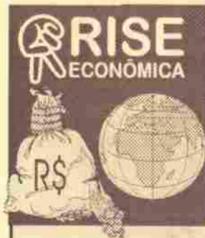
O Bloco das Oposições na Câmara Federal (PT, PDT e PC do B) reagiu aos ataques do presidente da República, que, em entrevista coletiva no dia 5 de novembro, pediu pressa nas reformas constitucionais e responsabilizou as oposições e o Congresso pela crise. "É como culpar o Maradona pela crise no Corinthians", brincou Dirceu.

Reunidos no mesmo dia das declarações de FHC, os parlamentares do Bloco divulgaram documento, no qual constataam que o presidente busca, na verdade, "um bode expiatório".

Comentou o líder do Bloco, José Machado (PT-SP): "Nós não estamos obstruindo as reformas, nós temos uma posição firmada sobre a questão da reforma da Previdência, tributária, administrativa. O governo não cumpriu os compromissos com sua base e isso tem dificultado a vida do próprio governo. Estamos encarando essa idéia de que é o momento de acelerar as reformas como chantagem".

"A tarefa do PT, agora, é alertar a população brasileira que esse equilíbrio em que se encontra nossa economia é instável e que pode desabar a qualquer momento. E quem vai pagar o preço são os trabalhadores", considerou o secretário-geral do PT, deputado federal Arlindo Chinaglia (SP).

Para Luiz Inácio Lula da Silva, o governo deve reconhecer que o momento é de dificuldade e deixar de ser arrogante. "Ficou provado que o governo está nu nessa história da nossa política de estabilização. É preciso que haja humildade suficiente do Fernando Henrique para ele compreender que não é melhor do que ninguém", destacou Lula.



23/10

Bolsa de Valores de Hong Kong tem queda de 10,41%. Motivo: investidores vendem seus papéis, trocam o dólar de Hong Kong por dólar norte-americano e tiram o dinheiro do país. O reflexo é imediato nas Bolsas de todo o mundo. Rececosos, investidores começam a vender ações. A Bolsa de Nova York cai 2,33% e a de São Paulo, 8,15%.

24/10

É registrada uma leve recuperação na Bolsa de Hong Kong, que sobe 6,98%. O temor do dia anterior ainda produz efeitos nos mercados mundiais. A Bolsa de Nova York cai 1,69% e a de São Paulo, 2,98%.

27/10

Bolsa de Hong Kong cai novamente: 5,80%. Em Nova York, a queda é de 7,18%. Em São Paulo, a crise começa a se ampliar. Além de a Bolsa cair 14,98%, cresce a expectativa de que o governo aumente os juros para interromper a evasão de dólares do país, o que poderia gerar a desvalorização do real e, conseqüentemente, a volta da inflação.

28/10

A Bolsa de Hong Kong continua caindo (13,70%), refletindo a má situação das instituições financeiras com o prejuízo dos dias anteriores.

CRONOGRAMA

31/10

A instabilidade permanece na Bolsa de Hong Kong, que registra alta de 2,52%, e na de Nova York, que sobe apenas 0,83%. Em São Paulo, a estratégia do governo parece ter dado certo. A Bolsa sobe 1,49%, significando o estancamento da saída de recursos do país. Também, não é para menos: o investidor está ganhando uma das maiores taxas de juros do mundo.

05/11

Após três dias de alta, a Bolsa de São Paulo cai 2,59%. Em Hong Kong, a Bolsa tem queda de 0,92%. Somente a Bolsa de Nova York apresenta uma pequena alta, de 0,04%. Nem o leilão de privatização da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) animou os investidores, que preferiram comprar dólares e investir nos juros altos.

06/11

Bolsa de Hong Kong cai menos: 2,50%. Em Nova York, a queda é de 0,12%, mas, em São Paulo, o índice negativo é maior: 5,54%. O governo anuncia medidas para reduzir o déficit fiscal, os Estados ficarão com menos recursos das privatizações e os congressistas reagem ao corte do Orçamento. Aumenta a procura por dólares, por parte dos investidores.

03/11

Bolsas reagem. A de Hong Kong registra alta de 6%, a de Nova York, 3,12% e, a de São Paulo, 9,70%. Apesar disso, o mercado permanece cauteloso e ninguém acredita que seja o fim da crise. No Brasil, os juros dobram em diversos setores da economia. Bom para quem tem dinheiro investido, péssimo para quem tem dívidas. Governo anuncia cortes nos gastos públicos e manifesta a intenção de extinguir o Fundo Monetário Nacional e dar maior poder ao Banco Central.

07/11

A Bolsa paulista volta a cair bastante: 6,38%. O motivo, agora, foi a queda da Bolsa de Tóquio (-4,22%). Em Nova York e Hong Kong os números também são negativos: -1,33% e -2,96%, respectivamente. Cautelosos, investidores saem da Bolsa e procuram refúgio seguro nos dólares. A procura pela moeda norte-americana aumenta bastante, obrigando o governo a soltar dólares no mercado, para segurar a alta da cotação.

04/11

Bolsa de Hong Kong cai 4,21%. Mas Nova York tem alta de 0,19% e São Paulo de 4,01%. Juros continuam subindo. Governo pede ao Congresso aprovação de cinco reformas até dezembro: Administrativa, Previdenciária, renovação do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) e da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) e criação do SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário).

Já em Nova York a Bolsa sobe 4,71%. O reflexo foi positivo em São Paulo: a Bolsa acusou alta de 6,43%. Por outro lado, o mercado financeiro nacional está nervoso em função da expectativa da alta das taxas de juros e o Banco Central vende grande quantidade de dólares para evitar a alta da moeda norte-americana. A projeção da taxa de juros para novembro sobe de 1,71% para 1,87%.

29/10

Boa recuperação da Bolsa de Hong Kong, com alta de 18,82%. O reflexo na Bolsa de Nova York é menor, com alta de 0,02%. No Brasil, a taxa de juros projetada para novembro sobe para 2,04%. A Bolsa de São Paulo não acompanha a alta do mercado internacional e cai 6,02%. A principal causa é o temor quanto à saúde financeira das instituições nacionais. A alta dos juros paralisa o crédito. As poucas instituições abertas operam com taxas mais altas e prazos menores de pagamento.

30/10

Bolsa de Hong Kong sobe apenas 3,70%, demonstrando que a crise ainda não acabou. Em Nova York, a queda foi de 1,67%. A Bolsa paulista cai bastante: 9,82%. O mercado espera uma intervenção do governo para minimizar o efeito da saída de capital do Brasil. O Banco Central recompra títulos para colocar mais dinheiro no mercado. As financeiras confirmam tendência de aumento dos juros e redução do prazo das operações. Finalmente, o governo revê as taxas de juros para novembro: a mínima sobe de 1,58% para 3,05% e a máxima de 1,76% para 3,23%.

Trabalhadores pagarão o pato



Marinho prevê demissões

O diagnóstico é comum: quem vai pagar o pato da crise são os trabalhadores. "Se não houver decisões importantes na mudança da economia brasileira, vamos assistir a um movimento de demissões em massa no país", previu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho.

"Empresas que estavam trabalhando a todo vapor, que

já tinham programado contratações para este final de ano, as suspenderam e anunciam demissões" completou.

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, emenda: "Além do desemprego, o que ameaça o trabalhador é a precarização do trabalho", referindo-se ao movimento que o governo e os empresários vêm fazendo para reduzir direitos históricos dos trabalhadores.

José Dirceu constata o mesmo. "A verdade é que em todo o mundo os capitalistas estão reduzindo a participação do trabalho na renda nacional, para tirar o capitalismo da crise", alertou.

Agricultura

O presidente da República comentou, em sua entrevista à imprensa no dia 5 de novembro, que contava com a performance



Lula: FHC deve ser humilde

da agricultura para evitar a tendência recessiva da economia.

Análise da assessoria técnica da liderança do PT na Câmara dos Deputados mostra que FHC está enganado. "Entre investir na atividade agrícola recursos baratos em relação às novas taxas de mercado, com os altos riscos inerentes à atividade, e lançar tais recursos em

aplicações financeiras que remuneram 45% ao ano, caloteiros contumazes do crédito rural não terão dúvidas pela segunda opção", explica o assessor técnico Gerson Teixeira.

"Os produtos alimentares dos exportáveis, seguramente serão os que mais sentirão o cenário adverso resultante dos efeitos dos superjuros e da retração da oferta de crédito", acrescenta.

"A performance desse segmento certamente reduzirá o potencial superavitário da balança comercial agrícola", continua, alertando para o previsível aumento das importações de alimentos que tradicionalmente o Brasil cultiva.

E o pequeno agricultor? "Os segmentos econômicos da agricultura familiar, desprotegidos da ação governamental, serão os mais duramente atingidos", constata Teixeira.



ENCONTRO POLULAR CONTRA O NEOLIBERALISMO
Dia 06/12 das 9 às 19 horas
no Ginásio do Corinthians

Crise expõe fragilidade do Real

Economistas do PT falam sobre as causas da queda das Bolsas, que começou em Hong Kong e chegou ao Brasil



O país está perplexo. De repente, toda a estabilidade do Real ficou ameaçada pela queda registrada na Bolsa de Valores de Hong Kong e, depois, de Tóquio. Os juros sobem, as dívidas aumentam, as previsões são de mais recessão e desemprego.

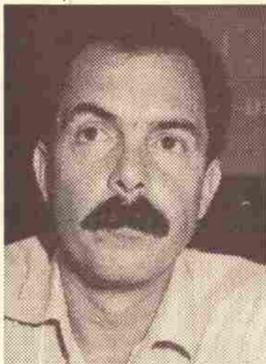
Mas o que é que as tão distantes Bolsas de Hong Kong e Tóquio têm a ver com o meu emprego, minhas dívidas, meu salário?, pergunta o trabalhador brasileiro.

Muito, explica João Machado, membro do Diretório Nacional do PT. "É a instabilidade da economia mundial, causada pelo grande peso das movimentações internacionais de capital. Isso faz com que um problema específico da economia asiática, por exemplo, tenha uma dimensão internacional."

Maria da Conceição Tavares, deputada federal (PT-RJ), acrescenta que "as manobras especulativas das Bolsas e mercado de câmbio atingem diretamente o país por causa da escandalosa liberalidade que o governo FHC permite aos operadores de mercado, que alavancam muito mais recursos do que possuem para poder especular".

Para Aloizio Mercadante, 1º vice-presidente nacional do PT, crises em Bolsas de Valores são normais, já que este é um mercado de risco. O problema é o reflexo que isso teve no Brasil, o país que mais sofreu, porque,

Fotos: Arquivo DN



Aloizio Mercadante: Brasil foi o país que mais sofreu com o crash das Bolsas

segundo ele, "tem praticado uma política de câmbio irresponsável, com sobrevalorização do real e abertura excessiva das importações".

Segundo Mercadante, o país importou US\$ 25 bilhões em 1993. Em 96, esse número saltou para US\$ 53 bilhões e as previsões para 97 são de US\$ 63 bilhões. Esse crescimento, que não foi acompanhado pelas exportações, gerou um déficit comercial de US\$ 9,5 bilhões, acompanhado por um déficit das transações correntes da ordem de US\$ 34 bilhões. "Isso gera uma dependência muito grande do capital externo volátil e especulativo", diz ele.

Para Conceição, existia um clima favorável no Brasil, pela fragilidade das nossas contas externas, que se deve a uma excessiva abertura comercial e a supervalorização de câmbio, "presente desde o início do Plano Real".

"O modelo econômico bra-

sileiro, que começou com Collor e foi reforçado na gestão de FHC, torna nosso país especialmente vulnerável. Dependemos crescentemente de capitais externos para financiar o déficit de transações correntes. Isso tem levado o governo a exercer uma política que atenda aos interesses financeiros internacionais, expondo a economia do país a grandes riscos", afirma Machado.

O professor Paul Singer também acredita que a globalização, a possibilidade de se investir nas Bolsas de diversos países ao mesmo tempo, é um dos fatores responsáveis pelo fato de uma crise local alastrar-se de forma internacional.

Outras causas

Mercadante lembra que, ao longo do Plano Real, o governo praticou uma taxa de juros em torno de 26% ao ano. Esse foi um grande instrumento para atrair capital estrangeiro, junto com as privatizações e a Bolsa de Valores, em menor escala.

Com a queda nas Bolsas e a perspectiva de perda de ágio nas privatizações, resta ao governo apenas a opção do juro alto, para administrar o déficit das transações correntes. Por isso, ele acha que os juros não devem cair num curto espaço de tempo, como diz o governo, já que são eles que financiam o balanço de pagamentos hoje.

Embora sem poder provar, o professor Paul Singer acredita em mais uma causa para a crise. Segundo ele, como as Bolsas es-



João Machado: O problema asiático tem uma dimensão internacional

tavam supervalorizadas, pode ser que grandes grupos de investidores internacionais tenham vendido ações em massa, para que as cotações caíssem.

Com isso, outros investidores também se desfizeram de suas posições no mercado acionário, fazendo as Bolsas caírem ainda mais.

Aí, esses mesmos grupos recomparam as ações, em baixa, para terem um grande lucro quando elas subirem novamente. "Acredito que seja uma coisa armada, que pode se repetir a qualquer momento."

Conceição afirma que, no início da crise, o Banco Central, sabendo que a maioria dos bancos estava alavancada e não poderia pagar seus compromissos de curto prazo, tolerou por três dias o movimento especulativo, só intervindo no mercado no dia 30 de outubro, "com um choque brutal de juros, pior que o ocorrido em 95, logo após a crise do México".

Em defesa do Brasil

A estratégia de estabilização monetária do governo vinha deteriorando as contas externas do país, em função da armadilha imposta pela política de âncora cambial com sobrevalorização do Real, aprofundando a dependência financeira frente ao capital especulativo e vulnerabilizando a economia brasileira, que agora se defronta com uma grave crise financeira e econômica.

Totalmente dependente de capitais externos e vulnerável aos movimentos do capital especulativo, o Brasil foi o país mais duramente atingido pela crise nos países asiáticos. A Bolsa de Valores chegou a cair 31,7% na semana passada e sofremos um ataque especulativo com perdas significativas de reservas, quando o governo dobrou as taxas de juros.

Os resultados já são conhecidos pela sociedade brasileira: crise bancária, inadimplência, falências, perda de renda dos assalariados, desemprego e recessão.

A economia nacional está mais vulnerável, o déficit público aumentará com o crescimento vertiginoso dos juros da dívida pública, cairão ainda mais os gastos para áreas sociais e os investimentos.

Repete-se também o comportamento irresponsável do governo FHC, que procura culpar o Congresso Nacional e a Oposição, quando o único responsável é o próprio presidente, sua política de âncora cambial e juros elevados inspirados no modelo econômico neoliberal.

O financiamento inflacionário foi substituído pelo endividamento do país, pela destruição do patrimônio público estratégico e pela desnacionalização crescente da economia. Era público e notório que os fundamentos da estabilização da moeda estavam comprometidos, que esta estratégia de estabilização era e é insustentável.

Desde o final de 96 o país convive com um presidente que só trabalha para sua reeleição, submetendo toda política econômica ao contínuismo e ao calendário eleitoral.

O presidente subordinou o país - na busca da reeleição - a qualquer custo - ao mercado especulativo internacional e foi incapaz de propor e realizar reformas estruturais: políticas e econômicas.

É hora de socorrer a economia popular, o consumidor, a pequena e microempresa, os milhões de brasileiros(as) com dívidas bancárias e comerciais, proteger o emprego e o salário. E não o que assistimos: um novo PROER para os bancos e corretoras, a destruição do que resta de patrimônio público e o aprofundamento do endividamento do Estado.

Mesmo sabendo que somente um novo governo, capaz de implantar um novo modelo de desenvolvimento, que rompa com a lógica neoliberal, será capaz de superar este processo irresponsável que compromete os interesses históricos do país, o PT propõe que sejam tomadas medidas emergenciais de defesa da produção, do emprego e da renda, e reafirma sua disposição de mobilizar a sociedade brasileira para mudar os rumos do país. Neste sentido, propomos:

a) Definir uma política nacional que ampare a renegociação das dívidas contraídas, protegendo em especial os pequenos devedores, micro e pequenas empresas e consumidores de baixa renda, sob pena de assistirmos a um crescimento explosivo da inadimplência;

b) Rever a política de abertura comercial generalizada, com a adoção de uma política de comércio exterior que proteja setores estratégicos da indústria e agricultura, particularmente fragilizados pela combinação do câmbio sobrevalorizado e juros elevadíssimos. As Câmaras Setoriais, com participação dos trabalhadores, devem ser reativadas, e estas medidas avaliadas, tendo como contrapartida o nível de emprego e a estabilidade dos preços;

c) Reorientar os financiamentos do BNDES, financiados com recursos oriundos da poupança dos trabalhadores, como o FAT, no montante de aproximadamente R\$ 14 bilhões, que estão sendo canalizados para as privatizações e grandes grupos privilegiados. O BNDES deve canalizar seus recursos para o investimento produtivo, em setores com grande impacto no emprego, e em políticas de fomento às pequenas e micro empresas e à economia popular;

d) Ampliar a cobertura do seguro-desemprego, acompanhado de medidas de proteção aos desempregados, como o crédito solidário;

e) Acelerar a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, fundamentais para amenizar a crise social nas grandes cidades;

f) Rever a política de âncora cambial, recuperando o potencial exportador do país;

g) Implantar uma efetiva reforma tributária, que simplifique a estrutura de tributos, estimule as exportações e investimentos produtivos e orientada para a justiça fiscal, com a progressividade, onde quem ganha mais, paga mais. É fundamental a adoção do imposto sobre as grandes fortunas e heranças, além do ITR (Imposto Territorial Rural), para punir os grandes latifúndios improdutivos;

h) Suspender as privatizações de empresas estratégicas, expostas a uma desvalorização patrimonial, pois esta política conduzirá a um processo de maior vulnerabilidade estrutural do país. Temos que refundar a estabilidade da moeda em novas bases, caminhar para a redução rápida das taxas de juros, protegendo da crise os setores produtivos, os pequenos produtores e os desempregados, e assegurando a retomada do crescimento econômico sustentado e com justiça social.

Partido dos Trabalhadores

José Dirceu - Presidente Nacional do PT
José Eduardo Dutra - Líder do PT no Senado
José Machado - Líder do PT na Câmara
São Paulo, 03 de novembro de 1997

Conseqüência dos juros altos é recessão e desemprego

As conseqüências da crise econômica, que começou com as Bolsas e se alastrou por toda a economia, vão ser sentidas em breve no bolso do trabalhador brasileiro.

"Mesmo antes da crise, o país já caminhava para uma recessão, que deveria ser suave e aconteceria, provavelmente, no primeiro trimestre de 98", diz o professor Paul Singer.

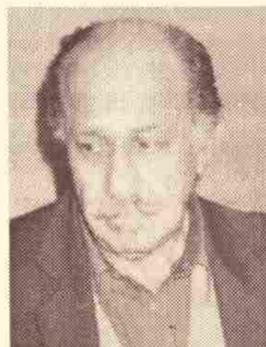
Com a alta dos juros praticada pelo governo, a recessão será mais violenta e virá mais rápido, gerando desemprego e endividamento, acredita Singer.

"Em compensação", diz ele em tom jocoso, "quando Lula assumir a Presidência, a balança comercial estará menos apertada". Singer acha ainda que a crise beneficia a oposição, pois "será mais fácil fazer mudanças, se conquistarmos o governo".

Analisando as Bolsas, isoladamente, Singer diz que a queda foi benéfica, já que as ações estavam supervalorizadas. Segundo ele, o problema é a ligação com o real. "Como o governo não poderia deixar que o dinheiro investido saísse do Brasil, aumentou os juros, o que prejudica ainda mais as Bolsas, já que os investimentos migram para as aplicações em renda fixa."

Finanças públicas

Para João Machado, a recessão interessa ao governo porque reduz o déficit



Paul Singer: recessão será mais violenta e virá mais rápido

das transações correntes, como ocorreu em 95.

Ele lembra ainda que os efeitos serão devastadores sobre as finanças públicas: "Os Estados perderão nas duas pontas; na da arrecadação, que será menor por causa da recessão; e na do pagamento das dívidas, que serão mais salgadas por causa das altas taxas de juros".

Finalmente, diz Machado, a política de juros altos e recessão diminui a capacidade de pagamento e aumenta a inadimplência, gerando o risco de ocorrer uma crise no sistema bancário.

Pobres famílias

A deputada Conceição Tavares lembra daqueles que estão "pendurados" no crediário, no cheque especial e nos financiamentos do SFH para a compra da casa própria.

"Essa política, além do desemprego, terá como conseqüência a inadimplência das famílias de classe média e de muitas famílias pobres", afirma.

Conceição diz ainda que os prejuízos do Tesouro serão incalculáveis, "dado o tamanho da dívida pública interna, que é superior a R\$ 200 bilhões".

A deputada afirma estar espantada com a "absoluta impunidade com que os especuladores atuaram no mercado, provavelmente obtendo grandes lucros", e com a atuação dos bancos públicos, como o BNDES (depositário do FAT), que estão arriscando suas posições patrimoniais nas Bolsas e financiando privatizações para grandes grupos nacionais e estrangeiros, "que se tornam monopolistas e poderão recuperar o capital próprio rapidamente, com uma subida de tarifas públicas".

Conceição alerta: "o pior é que a turbulência ainda não terminou, uma vez que a maioria das reservas perdidas pelo Banco Central está nas carteiras dos agentes financeiros privados, esperando, provavelmente, voltar a um novo ataque especulativo mais adiante".

Corte no Social

Aloizio Mercadante lembra que a piora das finanças públicas vai gerar um grande corte dos gastos nas áreas sociais, que já são insuficientes.

Para ele, o Brasil tem que



Conceição Tavares: o pior é que a turbulência ainda não terminou

romper essa relação entre âncora cambial e juros altos, não há outra alternativa. Por isso, acredita que essa deverá ser a grande bandeira da oposição.

"A perspectiva é de que o governo FHC aprofunde o ajuste neoliberal, acelerando as privatizações, demitindo funcionários públicos e cortando gastos sociais", diz Mercadante.

Segundo ele, isso só vai adiar o impasse, porque depois de 98 o governo não terá mais grandes empresas estatais para privatizar, a fragilidade financeira do setor público estará agravada e a vulnerabilidade cambial não será resolvida.

"Por isso, o PT tem que usar sua Bancada e sua capacidade de mobilização social para mudar a rota irresponsável que está sendo imposta ao país e romper com a lógica neoliberal", afirma.

expediente

Publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
Presidente Nacional do PT: José Dirceu
Secretário Nacional de Comunicação: Oseas Duarte
Jornalista responsável/Edição: Vera Bueno de Azevedo
Redação: Vera Bueno de Azevedo e Carlos Mercuri
Administração: Ricardo Bimbo

Diagramação: Jorge Mariano
Ilustrações: Hércules Santos
Sede: Rua Silveira Martins, 132 - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Tel.: (011) 233-1398 / Fax: (011) 233-1300 / E-mail: ptbrasil@ax.apc.org

Tiragem: 12 mil Impressão: Artgraf

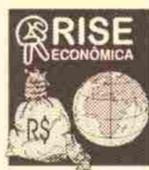
PTserviço

Presente do governo é Natal mais "magro"

Divulgação



Dinah Barreto, assistente de direção do Procon-SP, para quem o consumidor deve ser cauteloso neste Natal, comprar menos presentes e evitar crediário



A receita não é agradável, mas pode ser eficiente: o brasileiro deve comprar menos presentes no próximo Natal, aproveitar o 13º salário para quitar dívidas ou poupar e não fazer novos débitos. Este é o remédio indicado por Dinah Barreto, assistente de direção do Procon-SP (Coordenadoria de Defesa do Consumidor), para que o consumidor enfrente a atual crise econômica.

É preciso lembrar que, mesmo antes da crise das Bolsas, os juros dos crediários já eram muito elevados. A política do governo FHC sempre foi a de praticar juros altos, que se refletem em toda a economia.

O resultado pode ser medido pelos dados da Associação Comercial de São Paulo, que em outubro registrou um recorde de inadimplência (pagamentos em atraso): alta de 21,9% sobre setembro e de 83% sobre outubro do ano passado. Com a nova alta de juros praticada pelo governo, a tendência é que os índices de inadimplência aumentem ainda mais.

Comportamento

Dinah acredita que o consumidor tem que mudar seu comportamento. "Se o brasileiro tem um desejo, ou uma necessidade de consumo, que não pode realizar à vista, compra a prazo, em 12 ou 16 vezes. Após três meses, tem um novo desejo, uma nova necessidade, e assume outra dívida, e assim sucessivamente", exemplifica. Com isso, cria uma "bola de neve", endividando-se cada vez mais, até não conseguir mais pagar todas as prestações.

"O consumidor precisa ter consciência de sua força, de seu poder de regular os preços", diz Dinah. Isso significa dizer não

a esta política de juros altos do governo, mesmo que isso exija o sacrifício pessoal de deixar de comprar.

Comprar à vista

Comprar apenas à vista é outra opção. Ou seja, sempre que possível, o consumidor deve adiar a compra até poder consumá-la sem ter que apelar para o crediário. Nesse período, o dinheiro pode ser colocado na poupança que, com a alta dos juros, também vai render mais.

Desconfiar das ofertas de pagamento em seis vezes pelo mesmo preço à vista é outra dica da representante do Procon. "É claro que existem juros embutidos", diz. Nesse caso, o consumidor deve pedir um desconto e, se a loja não der, não comprar o produto. Com certeza encontrará outra disposta a negociar.

Comércio

E como fica o comércio nes-

sa situação? "Fica mal", responde Dinah. E é verdade. Mesmo porque os comerciantes também precisam tomar empréstimos para formar estoques, tornando-se mais uma vítima dos juros altos praticados pelo governo.

Vender os estoques existentes antes da elevação das taxas por um preço mais baixo também não resolve o problema. É que, nesse caso, os recursos obtidos não serão suficientes para formar novos estoques, já a preços mais altos.

Segundo especialistas do setor, com os atuais níveis de inadimplência, o comércio já estava pessimista quanto ao desempenho das vendas de Natal e final de ano. Agora, a situação agrava-se ainda mais, podendo inclusive gerar desemprego e a não-contratação dos empregados temporários, tradicional nos últimos dois meses do ano.

Menos dinheiro no bolso

A política de juros altos do governo não afeta diretamente os salários, ou seja, eles não serão reduzidos, pelo menos nominalmente.

Entretanto, os preços dos produtos tendem a aumentar e, com isso, o salário comprará menos do que comprava antes da crise.

É preciso lembrar também que a política do governo deve agravar ainda mais a recessão e o desemprego. Com o aumento do desemprego, muitos trabalhadores ficarão literalmente sem salário.

Quem tem dívidas no crediário, no cheque especial ou no cartão de crédito também senti-



rá que o salário ficou menor. É que os bancos, as financeiras, as lojas e as administradoras dos cartões aumentaram significativamente os juros após a crise das Bolsas.

Correção será maior



Ter casa própria é um privilégio num país com um governo que não tem uma política habitacional, principalmente para as classes de menor renda. A saída, mesmo para a classe média, acaba sendo recorrer aos empréstimos a longo prazo do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

E os mutuários do SFH serão prejudicados pela alta das taxas de juros. É que a dívida é corrigida pela TR e, dependen-

do do contrato, as prestações também.

Por isso, quem tem contrato pelo Plano de Equivalência Salarial deve ficar atento. Se a prestação subir mais que o salário, esse mutuário pode pedir revisão do valor.

O mesmo ocorre nos contratos que prevêem um certo comprometimento da renda. O percentual acertado inicialmente não deve ser alterado.

Vale lembrar, porém, que o saldo devedor, em todos os casos, vai aumentar bastante, já que é corrigido pela TR nos vários tipos de contrato.

O resultado vai ser um resíduo a pagar muito alto, para os mutuários que não têm a cobertura do FCVS (Fundo de Compensação de Variação Salarial). Eles terão que refinarçar essa dívida ao término do prazo de duração do contrato inicial.

Pague fatura à vista

O cartão de crédito continua sendo um bom instrumento para adiar o pagamento de compras. É útil e necessário nessa época de "vacas magras", onde a política econômica do governo FHC faz com que o salário acabe antes do final do mês.

Comprando cerca de três dias após a data de vencimento da fatura, o consumidor tem mais de 30 dias para pagar, pelo mesmo preço, sem qualquer acréscimo. Mas a fatura deve ser paga na data do vencimento e à vista.

Parcelar o pagamento das compras com cartão ou rolar parte da dívida está custando até 13% ao mês. Antes da crise, as taxas estavam em torno de 10%.

Justamente por isso, as

CARTÃO DE CRÉDITO



compras com cartão devem ser cuidadosamente planejadas para não ultrapassar o limite do orçamento do consumidor. Não se pode correr o risco de não ter dinheiro para quitar integralmente a fatura na data do vencimento.

CEF muda as regras

As classes média e baixa, já quase sem opções, perdem mais um meio de obter dinheiro a custos mais baixos. É que a Caixa Econômica Federal mudou as regras do penhor, aumentando os juros e reduzindo o prazo para pagamento do empréstimo.

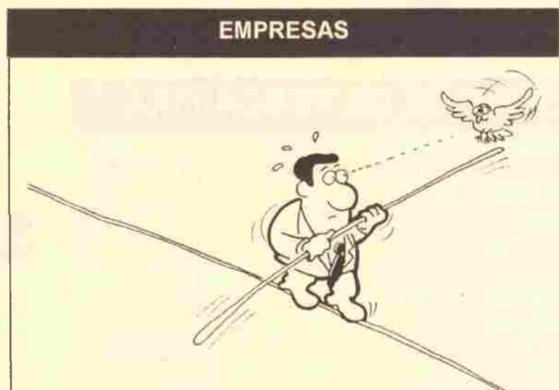
Os juros para jóias avaliadas em até R\$ 200,00 subiram de 2,75% para 3,75% ao mês. Acima desse valor, a taxa passou de 3,50% para 4,50% ao mês.

O prazo de duração do empréstimo, que podia ser de 28, 56 ou 84 dias, foi reduzido para apenas 28 dias. O valor, que não tinha limite, agora não pode su-



perar R\$ 1.000,00.

Vale lembrar ainda que o cidadão vai levar no bolso apenas 80% do valor da avaliação do bem, com os juros descontados antecipadamente.



Pequenos sofrem mais

Toda a cadeia produtiva brasileira sofre com a alta das taxas de juros, quando toma empréstimo para capital de giro. Mas, como sempre acontece no Brasil, os maiores prejudicados são os de menor porte: pequenos e microempresários.

"Os microempresários sempre tiveram dificuldades na hora de tomar um empréstimo", diz Sylvio Goulart Rosa Jr., presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa).

Isso não quer dizer, entretanto, que não devam negociar. "Dinheiro é mercadoria e as condições do empréstimo devem ser negociadas com cautela pelo microempresário", afirma Goulart.

Segundo ele, o ideal, para fazer dinheiro nesse momento, é vender algum bem pessoal ou da empresa (máquina, carro,

telefone etc.). "É hora de queimar toda a gordura."

Goulart lembra que os pequenos e microempresários estão pressionados nas duas pontas. Na ponta do crédito, por causa da alta dos juros. E na ponta das vendas, porque o consumidor está mais cauteloso, endividado e inadimplente.

O resultado deve ser o corte de despesas, com dispensa de empregados e, em última instância, a falência de muitos estabelecimentos.

Para o presidente do Sebrae, a política de juros altos do governo traz consigo, também, o risco da volta da inflação. "Com a economia em desaceleração, as empresas precisam de dinheiro, tomam empréstimos a juros elevados e podem ter de repassá-los para o preço do produto. Pronto: é a volta da inflação", diz ele.

Esqueça compra a prazo

Pode ser difícil, mas neste Natal o consumidor deve diminuir o número de presentes e só comprar à vista, pagamento a prazo, só em último caso.

A alta de juros promovida pelo governo refletiu-se imediatamente nas taxas praticadas pelas lojas e financeiras.

As classes médias e baixas, que após o Real começaram a recorrer ao crediário para realizar compras de maior valor, como eletrodomésticos, devem voltar a sonhar com seus desejos que consumo, irrealizáveis com os atuais juros impostos pelo governo.

Antes da crise, as taxas variaram entre 2,6% e 7,5% ao mês. Agora, chegam a 11% ao mês, ou 249,85% ao ano.

Algumas lojas ainda estão mantendo as taxas mais baixas, anteriores à crise, mas o con-



sumidor não deve ceder à tentação de fazer um "bom negócio". Só deve comprar se realmente precisar do produto, mesmo porque os juros já estavam altos e o crediário não era um bom negócio.

Quem já tem um financiamento com taxas pós-fixadas, corrigidas mês a mês de acordo com a variação da TR, vai ter um aumento substancial nas prestações.

Fuja do saldo negativo

Quem tem cheque especial deve evitar de todas as formas entrar no saldo negativo. Mesmo antes da crise das Bolsas, essa modalidade de crédito já praticava as taxas mais altas do mercado.

Mas com o desemprego e os baixos salários, quem tem cheque especial acaba sempre tendo de recorrer a ele nos momentos de maior aperto. Quem ganha, como sempre, são os banqueiros, os grandes privilegiados pela política de juros altos do governo.

As taxas cobradas pelos bancos são tão elevadas que, mesmo quem tem uma aplicação financeira, como a poupança, faz melhor negócio se sacar o dinheiro e cobrir o saldo negativo do

CHEQUE ESPECIAL



cheque especial. Saiba ainda que os juros são cobrados apenas sobre os dias nos quais a conta ficou negativa. Por isso, deve ser coberta o mais rapidamente possível, assim que o correntista tenha dinheiro para isso.

Financiar fica mais caro

A alta dos juros deixa o trabalhador ainda mais distante da possibilidade de ter um carro novo. Isso porque as taxas praticadas pelos revendedores passaram de 2,7% a 3,6% ao mês para 4,4% a 5,5% ao mês.

Além disso, muitas lojas reduziram o prazo máximo de pagamento, de 36 para 24 meses. A entrada, que antes variava entre 10% e 20% do valor do veículo, também passou para algo entre 25% e 30%.

Mas não é só quem pretende comprar um carro que foi prejudicado pela alta de juros. Aqueles que acreditaram na economia estável do governo e

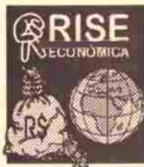
VEÍCULOS



já possuem financiamento com taxa pós-fixada, ou seja, calculada de acordo com o valor da TR de cada mês, terão um aumento substancial no valor das prestações.

Como a Bolsa de Hong Kong afeta a economia brasileira

* LUÍS NASSIF



Há várias formas de a Bolsa de Hong Kong afetar as ações e a economia

brasileira.

Em céu de brigadeiro, o preço de uma ação depende da projeção de lucros da empresa e, consequentemente, de dividendos, que é a parte do lucro que é distribuída para os sócios. A empresa "A" distribui dividendos correspondentes a R\$ 10,00 por ação. Esses dividendos servem de primeiro parâmetro para a fixação de preços da empresa.

O segundo parâmetro são as taxas de juros do governo americano — as chamadas T-bonds. Essas taxas servem de referência para o investimento internacional em todos os mercados do mundo.

Suponha que os investidores internacionais queiram aplicar na empresa "A".

Os T-bonds estão pagando, digamos, 8% ao ano. Ai eles pensam no Brasil e na empresa "A", e aceitam receber uma rentabilidade da ordem de 15% ao ano.

As projeções de rendimen-

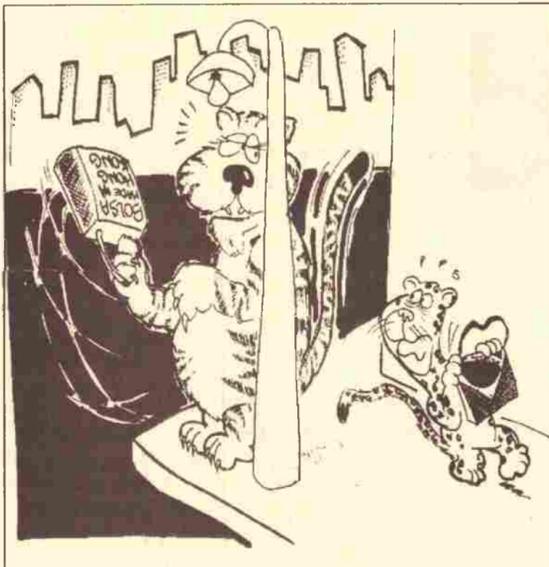
tos de cada ação da empresa "A" são de R\$ 10,00 por ano pelos próximos dez anos. Para que esses R\$ 10,00 correspondam a 15% ao ano, o preço justo da ação teria que ser de R\$ 50,19.

Mas com o excesso de dinheiro circulando no mundo, o Tesouro americano reduz sua taxa de juros para 5% ao ano. Imediatamente, os investidores reavaliam seu portfólio e aceitam receber não mais 15% ao ano de TIR, mas 10% ao ano pela empresa "A".

Na mesma hora, o valor de suas ações (sem que se altere mais nenhuma variável da empresa) salta para R\$ 61,45, uma alta de 22%, apenas porque os juros internacionais reduziram. E vice-versa.

Ocorre que o investidor estrangeiro recebe seus dividendos em dólar. Se a paridade dólar x real for de um por um, R\$ 10,00 de dividendos pagos aqui vão valer US\$ 10,00 quando remetidos para fora (10 dividido por 1,00). Mas suponha que, no segundo ano, ocorra uma desvalorização de 20% no real. Em vez de US\$ 10,00, ele só conseguirá mandar US\$ 8,33 (10 dividido por 1,20).

Para compensar essa desvalorização, e manter a mesma TIR de 10% ao ano, o preço da



ação teria que cair para R\$ 52,72 — ou 14% a menos. Portanto, cada ameaça de desvalorização do real derruba os preços das ações nacionais, para compensar o risco cambial.

Mercados ligados

Ocorre que os mercados internacionais são interligados. Nos mercados futuros (onde investidores compram e vendem ações apostando no seu valor em determinada data futura),

quando ocorrem grandes desvalorizações, o investidor "vendido" (que se dispôs a vender a ação por determinado preço) é obrigado a repor a margem (aportar mais garantias à Bolsa).

O investidor que aplicou em Hong Kong vai vender seus ativos que já se valorizaram bem no passado (e, portanto, têm menos oportunidade de continuar a se valorizar no mesmo ritmo no futuro), para cobrir sua posição.

Cada mexida em um merca-

do faz com que investidores vendam suas ações em outros mercados, para cobrir sua posição. E quando vendem essas ações, derrubam os outros mercados, gerando uma cadeia de fragilidades.

Aqui dentro, o investidor vende a ação e recebe reais. Depois, vai ao mercado comprar dólares para remetê-los para fora. À medida que aumenta a procura por dólar, este se valoriza, e voltam os ágios no mercado flutuante.

O Banco Central pode segurar esse movimento, fazendo leilões de dólares no mercado. Se a fuga de dólares for muito forte, porém, o BC terá que aumentar os juros internos, para conservar os investidores aqui. Só que os investidores ficarão não nas Bolsas, mas em títulos de renda fixa, que paguem juros.

Ao aumentar os juros, para estancar a fuga de dólares, o BC afeta duplamente as Bolsas: pela redução do dinheiro aplicado em ações, e também pela redução da atividade econômica e dos resultados das empresas. Ai já se começa a entrar no "reino real". A elevação das taxas de juros passou a afetar o próprio desempenho das empresas.

Mas tem mais. Os países do

Sudeste Asiático desvalorizaram suas moedas.

Essa desvalorização vai derrubar não apenas o preço de seus ativos (ações, imóveis), mas também o de seus produtos exportados.

Se a desvalorização média das moedas asiáticas for de 10%, significará que os produtos nacionais ficarão 10% mais caros que os produtos asiáticos. O Brasil vai vender menos na Ásia e em todos os países onde tenha que competir com produtos asiáticos — inclusive no Brasil.

Com mais dificuldades para exportar, se o Brasil não conseguir reverter os déficits comerciais, aumentarão as apostas contra o real. Para ficar aqui, os dólares exigirão cada vez mais juros, que depreciarão cada vez mais os preços das ações e o desempenho das empresas internamente.

Se essa espiral não for contida e o déficit comercial não for revertido, chegará o momento em que o "Risco Brasil" se tornará tão grande que nem juros altos animarão os investidores. Nesse momento, só uma mudança no câmbio pode resolver.

* LUÍS NASSIF

Comentarista econômico

BOLSA DE VALORES

Grandes são prejudicados

A queda na Bolsa de Valores não mexe diretamente no bolso dos investidores de menor porte. Prejudica principalmente o grande investidor, já que o pequeno dificilmente se arrisca a aplicar nesse mercado destinado a "tubarões", que entendem do assunto.

É um mercado de risco, onde se pode ganhar ou perder dinheiro. Por isso, deve ser pensado sempre a longo prazo. Quando as ações estão em baixa, o momento é bom para compra. Os papéis geralmente são revendidos mais tarde, quando estiverem em alta. É assim que se ganha dinheiro.

Por isso, os analistas recomendam que quem tem dinheiro em ações não deve tomar qualquer atitude nesse momento de crise. Apesar disso, muito investidor saiu vendendo suas ações, nos dias em que a Bolsa teve um movimento de alta.

Em outubro, a Bolsa de São Paulo amargou uma perda de 23,83%. Desde a queda da Bolsa de Hong Kong, em 23 de outubro, até 7 de novembro, a Bolsa paulista teve uma queda de 31,8%.

No último dia 7, praticamente todas as Bolsas do mundo caíram, na rasteira da de Tóquio, que caiu 4,22%.

DÓLAR

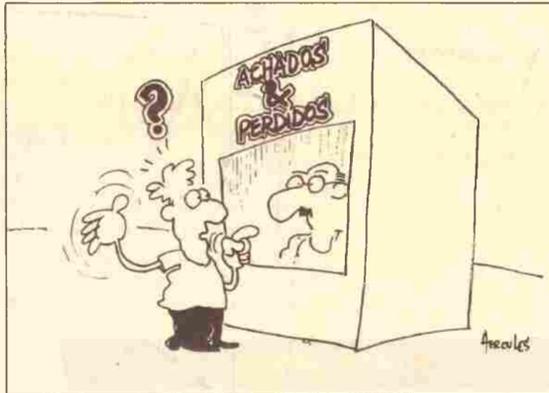
Para quem quer segurança

O dólar liderou o ranking das aplicações financeiras em outubro, fechando o mês com alta de 2,64%.

Mas existem dúvidas se a valorização vai se manter, já que, pelo menos por enquanto, o governo tem mecanismos para não deixar a moeda norte-americana estourar no mercado paralelo.

Em primeiro lugar, com o aumento dos juros e, em segundo, colocando no mercado um bom estoque da moeda para vender, caso seja necessário. Dessa forma, segura sua cotação.

Apesar disso, muitos investidores estão correndo para o dólar, como um "porto seguro" para seu dinheiro nesse momento de crise. Encontram segurança, mas devem ter uma menor rentabilidade do que se aplicassem em renda fixa, como as cadernetas de poupança ou os fundos de investimento de 30 ou 60 dias.



FUNDOS DE RENDA FIXA

Alguns ganham, outros perdem

Os juros altos praticados pelo governo vieram prejudicar até mesmo aqueles que aplicaram em fundos de renda fixa, esperando com isso tirar proveito das taxas elevadas, que já eram praticadas pelo governo mesmo antes da crise.

Os investidores que aplicaram em fundos prefixados perdem com a alta dos juros porque, na data do investimento, já foi acertado qual seria o seu ganho. Como isso ocorreu quando os juros estavam mais baixos (e a remuneração dos investimentos também), os fundos desvalorizaram as cotas para adaptar-se à nota realidade do mercado.

Tirar o dinheiro antes do vencimento, entretanto, significa perder mais ainda, já que não receberá qualquer remuneração.

Já aqueles que aplicaram em fundos de renda fixa pós-fixados vão ter, pelo menos teoricamente, uma boa rentabilidade. Isso porque, nesse caso, a remuneração acompanha a alta dos juros até a data de vencimento do contrato. Mas muitos fundos também desvalorizaram a cota, para poder aumentar a taxa de juros.

Quem pretende investir a partir de agora tem nos fundos DI uma boa opção, já que eles acompanham a oscilação dos juros.

FUNDOS DE AÇÃO

Não é hora de sair

Os fundos de ações são onde o pequeno e médio investidor que quer aplicar nesses papéis coloca seu dinheiro. O grande prefere as Bolsas, onde tira proveito da especulação para ganhar dinheiro.

Quem tem cotas desses fundos não deve sair agora, quando as ações estão em baixa. O ideal é esperar que elas se recuperem.

Como a queda do mercado acionário no final de outubro e começo de novembro foi muito grande, a tendência é de que as cotas recuperem pelo menos parte das perdas.

Vale lembrar ainda que existem vários tipos de fundos de ação. Alguns, de maior risco, investem mais na Bolsa. Estes estão perdendo mais dinheiro.

Outros destinam boa parte do dinheiro para aplicações em renda fixa. Estes serão beneficiados pela alta dos juros, que pode compensar, pelo menos em parte, a queda dos preços das ações.

CADERNETAS DE POUPANÇA

Um investimento seguro e rentável

As cadernetas de poupança devem ser um dos melhores investimentos desse mês, por várias razões. A primeira delas, sem dúvida, é a alta dos juros.

Além disso, o redutor aplicado à média dos CDBs, usada para fixar o valor da TR, que remunera a poupança, foi fixado em 1,15% este mês, contra 0,95% no mês passado.

Quem tem uma poupança com data de vencimento no dia 1º vai ter um rendimento de 2,0411% em 1º de dezembro. Há muito tempo a rentabilidade da poupança não ultrapassava a casa dos 1%.

No meio de tantas más notícias, essa talvez seja uma das únicas boas novas para o pequeno e médio investidor, que geralmente deixa suas reservas, quando o salário permite, aplicadas na poupança.

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP
 C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc. Fem.

Fillado no PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
 CEP 01203-002 São Paulo - SP
 Fax (011) 224-1953

NOVEMBRO

- | | |
|---------|---|
| 11 | Seminário E Agora, Brasil. Porto Alegre (RS) |
| 12 | Lançamento do Comitê Nacional Preparatório ao Encontro Internacional de Mulheres. Assembleia Legislativa. São Paulo (SP) |
| 12 | Ato da CUT em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Brasília (DF) |
| 14 | Quarta reunião do Fórum de Prefeitos e Vice-prefeitos Petistas de São Paulo. Assembleia Legislativa (SP) |
| 17 a 21 | Conferência Ameríndia de Educação/ Congresso de Professores Indígenas do Brasil. Informações (065) 624-8050/644-1191. Cuiabá (MT) |
| 19 | Reunião da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT. Pauta: A plataforma de governo da Frente das Oposições. Café PT (SP) |
| 20 | Dia da Consciência Negra |
| 22 e 23 | II Encontro Nacional do Setorial de Transportes do PT. Rio de Janeiro (RJ) |
| 24 | Encontro de Intelectuais de Esquerda: É Possível um Projeto Nacional de Esquerda. Rio de Janeiro |
| 25 | Dia Latino-Americano contra a Violência às Mulheres |

